

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**Senhores Acionistas:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração à demonstração financeira da Santander Caceis Brasil DTVM S.A. ("Santander Caceis"), relativa ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhada das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

**Patrimônio Líquido e Resultado**

Em 30 de junho de 2022, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$1.076 milhões (31/12/2021 - R\$1.016 milhões). O lucro líquido apresentado no período foi de R\$61 milhões (30/06/2021 - R\$47 milhões).

**Ativos e Passivos**

Em 30 de junho de 2022, os ativos totais atingiram R\$1.323 milhões (31/12/2021 - R\$1.308 milhões). Desse montante, R\$519 milhões (31/12/2021 - R\$523 milhões) são representados por ativos intangíveis e R\$739 milhões (31/12/2021 - R\$722 milhões) por aplicações interfinanceiras de liquidez.

Em 30 de junho de 2022, o passivo total foi de R\$247 milhões (31/12/2021 - R\$292 milhões), representado substancialmente por outros passivos financeiros no montante de R\$154 milhões (31/12/2021 - R\$165 milhões) e passivos fiscais no montante de R\$48 milhões (31/12/2021 - R\$63 milhões).

**Outras Informações**

A política de atuação da Santander Caceis na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, a Santander Caceis informa que no semestre findo em 30 de junho de 2022, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ademais, a Santander Caceis confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados. Em 27 de junho de 2019, Banco Santander S.A. ("Santander") e Crédito Agrícola, S.A. ("CASA") celebraram um acordo de investimento para a integração do Grupo Santander Securities Services e Grupo CACEIS para criação de um negócio global de serviços de custódia e gestão de ativos ("Transação"). Com a conclusão da Transação, em 17 de dezembro de 2019, Santander e CASA passaram a deter o controle de uma nova holding, Santander Securities Services Latam Holding S.L.U., que passou a deter participações acionárias anteriormente detidas pela Santander Securities Services, SAU, incluindo 100% do capital social da Santander Caceis Brasil Participações S.A., atual denominação da Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ("Santander Caceis Participações") e, indiretamente, 100% do capital social da Santander Caceis Brasil DTVM S.A., atual denominação da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ("Santander Caceis DTVM"), em conjunto com Santander Caceis Participações ("Santander Caceis"). Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de maio de 2021, foi deliberada e aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Santander Caceis Brasil DTVM S.A., o qual se encontra em homologação perante o Banco Central do Brasil. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 29 de agosto de 2022.

**O Conselho de Administração**  
**A Diretoria Executiva**

BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	30/06/2022	31/12/2021
<b>Ativo Circulante</b>		<b>778.351</b>	<b>762.114</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	582	562
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>738.933</b>	<b>721.725</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	739.933	721.725
<b>Outros Ativos</b>	7	<b>38.390</b>	<b>38.787</b>
<b>Ativos Fiscais - Correntes</b>	6.a	<b>446</b>	<b>1.040</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>544.942</b>	<b>545.593</b>
<b>Outros Ativos</b>	7	<b>13.239</b>	<b>9.821</b>
<b>Ativos Fiscais</b>	6.a	<b>12.093</b>	<b>12.035</b>
Correntes		1.437	130
Diferidos		10.656	11.905
<b>Investimentos</b>	1	<b>1</b>	<b>1</b>
Outros Investimentos		1	1
<b>Imobilizado de Uso</b>	8	<b>758</b>	<b>852</b>
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		1.622	1.622
<b>Intangível</b>	9	<b>518.851</b>	<b>522.884</b>
Ativo por Expectativa de Rentabilidade Futura		323.055	323.055
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)		628.933	598.820
		(433.137)	(398.991)
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.323.293</b>	<b>1.307.707</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>840.313</b>	<b>30.662</b>	<b>76.791</b>	<b>259</b>	<b>948.025</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	(66)	(66)
Lucro Líquido		-	-	-	46.656	46.656
Destinações:						
Reserva Legal	13.c	-	2.332	-	(2.332)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	22.162	(22.162)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	22.162	(22.162)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>		<b>840.313</b>	<b>32.994</b>	<b>121.115</b>	<b>193</b>	<b>994.615</b>
<b>Mutações no Semestre</b>		<b>2.332</b>	<b>44.324</b>	<b>(66)</b>	<b>-</b>	<b>46.590</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>840.313</b>	<b>36.425</b>	<b>138.892</b>	<b>346</b>	<b>1.015.976</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	(94)	(94)
Lucro Líquido		-	-	-	60.531	60.531
Destinações:						
Reserva Legal	13.c	-	3.027	-	(3.027)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	28.752	(28.752)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	28.752	(28.752)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>		<b>840.313</b>	<b>39.452</b>	<b>196.396</b>	<b>252</b>	<b>1.076.413</b>
<b>Mutações no Semestre</b>		<b>3.027</b>	<b>57.504</b>	<b>(94)</b>	<b>-</b>	<b>60.437</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					

**1. Contexto Operacional**

A Santander Caceis Brasil DTVM S.A. (Santander Caceis), controlada pelo Santander Caceis Brasil Participações S.A., tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para venda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. As operações da Santander Caceis são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras da Santander Caceis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.o).

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (Nota 21.d).

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõe alterações nos documentos e divulgações. A resolução determina a extinção de documentos relacionados a posição consolidada no âmbito de remessa de documentos ao Bacen. A referida norma não traz impactos a estas Demonstrações Financeiras.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2022, na reunião realizada em 29 de agosto de 2022.

**3. Principais Políticas Contábeis**

**a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Caceis.

**b. Ajustamento do Resultado**

O regime contábil de ajustamento do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

**c. Ativos e Passivos a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

**d. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

**e. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

**f. Rendas a Receber**

Refere-se às provisões para perdas de Rendas a Receber, são fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.

**g. Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

**h. Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

**Imobilizado de Uso**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

**Intangível**

O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 9.a).

Os gastos de aquisição de logísticas são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 9.a).

**i. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

A Santander Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 12.d) e para as provisões cujo risco de perda é remoto não é requerida a divulgação.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Santander Caceis, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impletar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impretadas.

**j. Plano de Benefícios a Funcionários**

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Caceis de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

**Planos de Contribuição Definida**

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Caceis como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou contratada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

**Planos de Benefício Definido**

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 20. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Santander Caceis aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

**Principais Definições**

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados;

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano;

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados;

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (feitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais;

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; e

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

**k. Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

**l. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**

O encargos do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 6.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de quaisquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 11.500/2022.

**m. Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

**n. Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados**

A Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, alterada pela Resolução CMN nº 4.885, de 23 de dezembro de 2020, vedou que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: (i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76, ou (ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também vedou a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações foram aplicáveis da data de publicação da Resolução nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) e 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020.

Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

**o. Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valor recuperável dos ativos e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

**p. Juros sobre Capital Próprio**

Publicado em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

**q. Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados**

A Resolução CMN nº 4.797 foi revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.820, a qual foi alterada pela Resolução CMN nº 4.885, que passou a vigorar em 23 de dezembro de 2020, e com elas, ficou determinado que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de:

(i) remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima dos seguintes valores: (a) o montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas; (b) o montante equivalente:

(1) ao dividendo mínimo obrigatório, estabelecido pelo art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações; ou (2) à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas;

(ii) recomprar ações próprias (será permitida apenas se por meio de Bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução);

(iii) reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;

(iv) aumentar quaisquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas; Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução CMN nº

# Santander Caceis Brasil DTVM S.A.

CNPJ nº 62.318.407/0001-19

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	30/06/2022		
	IRPJ	CSLL	Total
2022	23	14	37
2023	45	27	72
2024	45	27	72
2025	45	27	72
2026	45	27	72
2027 a 2031	227	136	363
2032	23	15	38
<b>Total</b>	<b>453</b>	<b>273</b>	<b>726</b>

### c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>	<b>118.243</b>	<b>92.712</b>
Participações no Lucro (6.248)	(5.466)	(5.466)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>111.995</b>	<b>87.246</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, respectivamente</b>	<b>(44.798)</b>	<b>(34.898)</b>
Despesas Indeducíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (6.734)	(6.339)	(6.339)
Demais Ajustes, CSLL 5% - 199	-	-
Demais Ajustes - 68	448	448
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(51.464)</b>	<b>(40.590)</b>
<b>d) Despesas Tributárias</b>		
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Despesa com PIS	1.220	1.132
Despesa com Cofins	7.505	6.971
Despesa com ISS	8.550	7.894
Outras	189	57
<b>Total</b>	<b>17.464</b>	<b>16.054</b>

### 7. Outros Ativos

	30/06/2022	31/12/2021
Administração de Fundos de Investimentos	22.589	22.200
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	10.237	10.597
Outras Rendas a Receber	2.333	4.808
(-) Provisões para Perdas	(1.562)	(1.355)
Devedores por Depósitos em Garantia Para Interposição de Recursos Fiscais	2.616	2.340
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	311	300
Valores a Receber Sociedades Ligadas	4.644	4.774
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.188	262
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 20.a)	1.915	1.904
Valores a Receber - Taxa de Registro Fundos de Investimentos	3.397	1.969
Devedores Diversos - País	359	225
Despesas Antecipadas	3.313	254
Outros	389	330
<b>Total</b>	<b>51.629</b>	<b>48.608</b>

### 8. Imobilizado de Uso

	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>						
Sistemas de Processamento de Dados	202	(193)	9	202	(185)	17
Móveis e Equipamentos de Uso	1.065	(498)	567	1.065	(429)	636
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	355	(173)	182	355	(156)	199
<b>Total</b>	<b>1.622</b>	<b>(864)</b>	<b>758</b>	<b>1.622</b>	<b>(770)</b>	<b>852</b>

### b) Movimentação

	01/01 a 30/06/2022			01/01 a 30/06/2021		
	Custo	Depreciação	Total	Custo	Depreciação	Total
<b>Saldo no início do Semestre</b>	<b>1.622</b>	<b>(770)</b>	<b>852</b>	<b>1.622</b>	<b>(566)</b>	<b>1.056</b>
Depreciação	-	(94)	(94)	-	(104)	(104)
<b>Saldo no final do Semestre</b>	<b>1.622</b>	<b>(864)</b>	<b>758</b>	<b>1.622</b>	<b>(670)</b>	<b>952</b>

### 9. Intangível

	30/06/2022			31/12/2021		
	Vida Útil (em anos)	Amortização	Total	Amortização	Total	Total
<b>Ágio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio</b>	<b>10</b>	<b>323.055</b>	<b>(220.754)</b>	<b>102.301</b>	<b>323.055</b>	<b>(204.601)</b>
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	<b>628.933</b>	<b>(212.383)</b>	<b>416.550</b>	<b>598.820</b>	<b>(194.390)</b>	<b>404.430</b>
Logiciais	Até 5	185.311	(40.134)	145.177	155.198	(34.744)
<b>Total</b>		<b>1.217</b>	<b>(124.237)</b>	<b>1.626</b>	<b>(393.825)</b>	<b>1.232</b>

### b) Movimentação

	01/01 a 30/06/2022			01/01 a 30/06/2021		
	Custo	Amortização	Total	Custo	Amortização	Total
<b>Saldo no início do Semestre</b>	<b>921.875</b>	<b>(398.991)</b>	<b>522.884</b>	<b>864.979</b>	<b>(332.167)</b>	<b>532.812</b>
Adição	30.113	-	30.113	36.610	-	36.610
Amortização	-	(34.146)	(34.146)	-	(32.746)	(32.746)
<b>Saldo no final do Semestre</b>	<b>951.988</b>	<b>(433.137)</b>	<b>518.851</b>	<b>901.589</b>	<b>(364.913)</b>	<b>536.676</b>

### 10. Outros Passivos Financeiros

Em 30 de junho de 2022, refere-se a Credores - Conta Liquidações Pendentes, no montante de R\$154.137 (31/12/2021 - R\$185.049).

### 11. Outros Passivos

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	13.349	15.779
Despesas Administrativas	9.555	9.573
Outros Pagamentos	2.261	2.175
Sociais e Estatutárias	2.239	2.605
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 12.b)	3.541	3.247
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12.b)	7.474	6.950
Credores Diversos - País	6.441	3.537
<b>Total</b>	<b>44.860</b>	<b>43.866</b>

### 12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

**a) Ativos Contingentes**  
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3).

**b) Movimentações das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais**

	01/01 a 30/06/2022			01/01 a 30/06/2021		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>3.247</b>	<b>6.060</b>	<b>890</b>	<b>3.005</b>	<b>5.695</b>	<b>517</b>
Constituição Líquida de Reversão (1)	130	134	114	-	(593)	133
Atualização Monetária	127	139	-	26	141	-
Baixas por Pagamentos	-	(13)	-	-	(163)	-
Outros (3)	37	150	-	8	803	48
<b>Saldo Final</b>	<b>3.541</b>	<b>6.470</b>	<b>1.004</b>	<b>3.039</b>	<b>5.883</b>	<b>698</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (2)	-	250	-	-	342	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(3) Referem-se à constituição de provisão de contingência dos casos cuja a responsabilidade é compartilhada com o Banco Santander.

**c) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões**  
A Santander Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da Santander Caceis, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Caceis tem como procedimento provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:  
**PIS e Cofins** - R\$968 (31/12/2021 - R\$873): a Santander Caceis interpôs medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas.

**Desmutualização de Ações** - R\$436 (31/12/2021 - R\$429), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

**d) Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível**  
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$18 milhões, sendo:

**IRPJ** - Refere-se a cobrança judicial de IRPJ do período base de 1994, por suposta falta de pagamento do tributo. Com a comprovação do recolhimento, houve sentença favorável em primeiro grau, objeto de apelação por parte da União. Apelação não provida pelo Tribunal. Aguardando julgamento de Recurso Especial. Em 30 de junho de 2022, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$12 milhões.

**Cofins** - Discussão judicial para anular ato de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e Cofins sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 30 de junho de 2022, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$3 milhões.

### 13. Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**  
Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

A seguir, apresentamos a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio deliberados em 30 de dezembro de 2020 e pagos no primeiro semestre de 2021. Em 30 de junho de 2022, não houve deliberação e pagamento de Juros sobre o Capital o Próprio.

	Em milhares de Reais		Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	IRRFF Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	24.000	3.600	20.400	13,7931
<b>Total</b>	<b>24.000</b>	<b>3.600</b>	<b>20.400</b>	

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de dezembro de 2020, pagos no dia 26 de janeiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

#### c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

#### Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Caceis e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

### 14. Partes Relacionadas

**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**  
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Caceis realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria para o ano de 2022, em até R\$18.000.

#### i. Benefícios de Longo Prazo

A Santander Caceis, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente com outras controladas no mundo do Grupo Santander e Grupo Caceis, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base no atingimento de metas.

#### ii. Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a 30/06/2022		01/01 a 30/06/2021	
	Bruto	IRRFF Líquido	Bruto	Líquido
Remuneração Fixa	2.252	1.899	972	841
Remuneração Variável - em espécie	993	847	161	146
Outras	161	146	-	-
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>4.378</b>	<b>3.733</b>	<b>1.134</b>	<b>987</b>

Remuneração Variável - em espécie  
Remuneração Variável - em ações

#### Total dos Benefícios de Longo Prazo

Adicionalmente, em 30 de junho de 2022, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$687 (30/06/2021 - R\$579).

### iii. Rescisão de Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

#### b) Participação Acionária

A Santander Caceis é controlada pela Santander Caceis Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

#### c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são, conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2022	31/12/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
<b>Disponibilidades (Nota 4)</b>	<b>582</b>	<b>562</b>	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	582	562	-	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>738.933</b>	<b>721.725</b>	<b>36.829</b>	<b>7.323</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. (1) (Nota 5)	738.933	721.725	36.829	7.323
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>10.934</b>	<b>12.286</b>	<b>12.200</b>	<b>8.450</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	10.934	12.286	12.200	8.435
Universia Brasil S.A. (2)	-	-	-	2
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	-	855	756
<b>Valores a Pagar de Sociedades Ligadas</b>	<b>(16)</b>	<b>(3)</b>	<b>(8.305)</b>	<b>(6.470)</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. (1) (Nota 17)	-	-	(2.795)	(2.698)
Aquanium Brasil Ltda. (2)	-	-	(121)	(99)
Universia Brasil S.A. (2)	(16)	(3)	(29)	(73)
F1rst Tecnologia e Inovação Ltda. (2)	-	-	(5.359)	(3.600)
<b>Outras Obrigações Diversas</b>	<b>-</b>	<b>(9.238)</b>	<b>(18.226)</b>	<b>(5.238)</b>
Pessoal Chave da Administração	-	-	(6.076)	(5.238)
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	(9.168)	(12.150)	-
<b>Banco Santander (México), S.A.</b>	<b>-</b>	<b>(70)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(1) Controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha.

(2) Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

### 15. Receitas de Prestações de Serviços

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	129.732	125.494
Rendas de Serviços de Custódia	51.880	49.607
Outras Rendas de Serviços	18.267	10.331
<b>Total</b>	<b>199.879</b>	<b>185.432</b>

### 16. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Remuneração	17.999	15.369
Encargos	5.403	4.833
Benefícios	3.720	2.941
Treinamento	128	43
Outras	341	299
<b>Total</b>	<b>27.591</b>	<b>23.485</b>

### 17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Depreciações e Amortizações (Nota 8.b e 9		